



DIÁRIO

da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE MARÇO DE 2005

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. António Bento da Silva Galamba
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Mota Amaral) declarou aberta a sessão às 15 horas.

O Sr. Secretário (António Galamba) leu um relatório da Comissão Eventual de Verificação de Poderes relativo à retoma de mandato de Deputados do PSD e do CDS-PP e à substituição de Deputados do PS, tendo sido aprovado o respectivo parecer.

Procedeu-se à eleição do Presidente da Assembleia da República para a X Legislatura, tendo sido eleito o Sr. Deputado Jaime Gama.

Na circunstância, produziram intervenções, além do Sr. Presidente cessante (Mota Amaral) e do Sr. Presidente eleito (Jaime Gama), o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Augusto Santos Silva) e os Srs. Deputados Heloisa Apolónia (Os Verdes), Luís Fazenda (BE), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP), Guilherme Silva (PSD) e Alberto Martins (PS).

Procedeu-se, ainda, à eleição da Mesa da Assembleia da República para a X Legislatura. Foram eleitos os Srs. Vice-

Presidentes Manuel Alegre (PS), Guilherme Silva (PSD), António Filipe (PCP) e Telmo Correia (CDS-PP), os Srs. Secretários Maria Carrilho (PS), Fernando Santos Pereira (PSD), Jorge Machado (PCP) e Júlio Vasconcelos (CDS-PP) e os Vice-Secretários Rosa Maria Albernaz (PS), Maria Ofélia Moleiro (PSD), Miguel Coelho e Celeste Correia (PS).

Foram também eleitos para o Conselho de Administração os Srs. Deputados José Lello (PS), Jorge Costa (PSD), Abílio Fernandes (PCP), João Rebelo (CDS-PP), Helena Moura Pinto (BE) e Francisco Madeira Lopes (Os Verdes), como efectivos, e Teresa Venda (PS), Melchior Moreira (PSD), José Soeiro (PCP), Teresa Vasconcelos Caeiro (CDS-PP), Alda Macedo (BE) e Heloisa Apolónia (Os Verdes), como suplentes.

O Sr. Presidente declarou encerrada a sessão eram 18 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente** (Mota Amaral): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto de Sousa Martins
Alberto Marques Antunes
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Ceia da Silva
António José Martins Seguro
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Armando França Rodrigues Alves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Cardoso Lage
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
Elísio da Costa Amorim
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando dos Santos Cabral
Fernando Manuel dos Santos Gomes
Fernando Ribeiro Moniz
Glória Maria da Silva Araújo
Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins
Henrique António de Oliveira Troncho
Horácio André Antunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jacinto Serrão de Freitas
Jaime José Matos da Gama
João Barroso Soares
João Cândido da Rocha Bernardo
João Cardona Gomes Cravinho
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raúl Moura Portugal
Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Joaquim Ventura Leite
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Apolinário Nunes Portada
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Carlos das Dores Zorrinho

José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Luís Pereira Carneiro
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
Jovita de Fátima Romano Ladeira
Júlio Francisco Miranda Calha
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Garcia Braga da Cruz
Luís Manuel Carvalho Carito
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
Manuel Luís Gomes Vaz
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Marcos Sá Rodrigues
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Cristina Vicente Pires Granada
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Isabel Coelho Santos
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Miguel João Pisoeiro de Freitas
Nelson Madeira Baltazar
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Renato Luís Pereira Leal
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas
Ricardo Manuel Amaral Rodrigues
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui António Ferreira da Cunha

Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino Costa
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Susana de Fátima Carvalho Amador
Teresa Maria Neto Venda
Victor Manuel Bento Baptista
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Vitor Manuel Pinheiro Pereira
Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Paulo Martins Pereira Coelho
Arménio dos Santos
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos António Páscoa Gonçalves
Carlos Jorge Martins Pereira
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Domingos Duarte Lima
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Emídio Guerreiro
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
Jaime Carlos Marta Soares
João Bosco Soares Mota Amaral
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Jorge José Varanda Pereira
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
José António Freire Antunes
José de Almeida Cesário
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Amaral Lopes
José Manuel de Matos Correia
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
José Manuel Pereira da Costa
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Miguel Pais Antunes
Manuel Filipe Correia de Jesus

Manuel Joaquim Dias Loureiro
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria Natália Guterres Viegas Carrascalão da Conceição Antunes
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Mário Henrique de Almeida Santos David
Mário Patinha Antão
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Miguel Jorge Reis Antunes Frاسquilho
Nuno Albuquerque Morais Sarmento
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Quartin Graça Simão José
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Sérgio André da Costa Vieira
Vasco Manuel Henriques Cunha
Victor do Couto Cruz
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes
Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
António Filipe Gaião Rodrigues
Artur Jorge da Silva Machado
Bernardino José Torrão Soares
Francisco José de Almeida Lopes
Jerónimo Carvalho de Sousa
José Batista Mestre Soeiro
José Honório Faria Gonçalves Novo
Maria Luísa Raimundo Mesquita
Maria Odete dos Santos
Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
António de Magalhães Pires de Lima
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
João Rodrigo Pinho de Almeida
José Miguel Nunes Anacoreta Correia
Júlio Manuel da Silva Magalhães e Vasconcelos
Luís Pedro Russo da Mota Soares
Nuno Miguel Miranda de Magalhães
Paulo Sacadura Cabral Portas
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
Teresa Margarida Figueiredo Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
Ana Isabel Drago Lobato
Fernando José Mendes Rosas
Francisco Anacleto Louçã

Helena Maria Moura Pinto
João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

Sr.^{as} e Srs. Deputados, como é sabido, desde a nossa última reunião plenária, tomou posse o XVII Governo Constitucional, de onde resultou que diversos colegas deixaram as funções no Parlamento para assumirem outras também de elevada responsabilidade.

Por outro lado, a tomada de posse do XVII Governo Constitucional fez cessar o mandato de XVI Governo Constitucional, o que faz com que muitos parlamentares regressem ao Parlamento.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do relatório e parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (António Galamba): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o relatório e parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes é do seguinte teor:

1 — Em reunião da Comissão Eventual de Verificação de Poderes, realizada no dia 16 de Março de 2005, pelas 11 horas, foram observadas as seguintes assunções de mandatos e substituições de Deputados:

a) Assunção de mandatos nos termos do artigo 6.º, n.ºs 1 e 2, do Estatuto dos Deputados (Lei n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro), em 12 de Março corrente, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) — Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves (Círculo Eleitoral de Aveiro), cessando Paulo Manuel Matos Soares; Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos (Círculo Eleitoral de Aveiro), cessando Abílio André Brandão de Almeida Teixeira; Miguel Bento Martins Costa Macedo Silva (Círculo Eleitoral de Braga), cessando Maria Irene Martins Baptista Silva; Mário Patinha Antão (Círculo Eleitoral de Braga), cessando Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho; Nuno Albuquerque Morais Sarmento (Círculo Eleitoral de Castelo Branco), cessando Carlos Alberto Pinto; António Paulo Martins Pereira Coelho (Círculo Eleitoral de Coimbra), cessando Filipe Miguel da Cruz e Queiroz Nascimento; Luís Miguel Pais Antunes (Círculo Eleitoral de Leiria), cessando Daniel Miguel Rebelo; Feliciano José Barreiras Duarte (Círculo Eleitoral de Leiria), cessando Rui David Fernandes Morais; Mário Henrique de Almeida Santos David (Círculo Eleitoral de Leiria), cessando Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos; Rui Manuel Lobo Gomes da Silva (Círculo Eleitoral de Lisboa), cessando Bruno Miguel Pedrosa Ventura; Henrique José Praia da Rocha de Freitas (Círculo Eleitoral de Lisboa), cessando Sérgio Lipari Garcia Pinto; Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva (Círculo Eleitoral de Lisboa), cessando Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão; José Manuel Amaral Lopes (Círculo Eleitoral de Lisboa), cessando José Manuel Marques de Matos Rosa; José Pedro Correia de Aguiar Branco (Círculo Eleitoral do Porto), cessando Mário Rui Figueira Campos Fontemanha; Marco António Ribeiro dos Santos Costa (Círculo Eleitoral do Porto), cessando Maria João Vaz Osório Rodrigues da Fonseca; Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto (Círculo Eleitoral do Porto), cessando Maria Germana Sousa Rocha Pimentel Rosete; Jorge Fernando Magalhães da Costa (Círculo Eleitoral do Porto), cessando Daniel Jorge Martins Figueiro; António Edmundo Barbosa Montalvão Machado (Círculo Eleitoral do Porto), cessando Ana Zita Barbas Marvão Alves Gomes; Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel (Círculo Eleitoral do Porto), cessando Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida; Pedro Miguel de Azeredo Duarte (Círculo Eleitoral do Porto), cessando Paulo Miguel da Silva Santos; Fernando Mimoso Negrão (Círculo Eleitoral de Setúbal), cessando Bruno Jorge Viegas Vitorino; José Eduardo Rego Mendes Martins (Círculo Eleitoral de Viana do Castelo), cessando Carlos Parente Antunes; Maria do Rosário Cardoso Águas (Círculo Eleitoral de Vila Real), cessando Delmar Ramiro Palas; José Luís Fazenda Arnaut Duarte (Círculo Eleitoral de Viseu), cessando Helena Maria Andrade Cardoso Machado de Oliveira; Carlos Alberto Silva Gonçalves (Círculo Eleitoral da Europa), cessando Manuel Joaquim dos Santos Ferreira; José de Almeida Cesário (Círculo Eleitoral de Fora da Europa), cessando Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos;

Grupo Parlamentar do Partido Popular (CDS-PP) — Paulo Sacadura Cabral Portas (Círculo Eleitoral de Aveiro), cessando Manuel da Conceição Pereira; Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro (Círculo Eleitoral de Leiria), cessando Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos; Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (Círculo Eleitoral de Lisboa), cessando Pedro Dias de Sousa Pestana Bastos; Nuno Miguel Miranda de Magalhães (Círculo Eleitoral de Setúbal), cessando João José Tita Maurício Melo Nunes.

b) Substituição nos termos do artigo 7.º (renúncia ao mandato) do Estatuto dos Deputados, com efeitos desde 12 de Março corrente, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) — Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira (Círculo Eleitoral de Setúbal), por Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes.

c) Substituições nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea a), do Estatuto dos Deputados, com efeitos desde 12 de Março corrente, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) — Manuel António Gomes de Almeida de Pinho (Círculo Eleitoral de Aveiro), por João Cândido da Rocha Bernardo; José António Fonseca Vieira da Silva (Círculo Eleitoral de Braga), por Manuel António Gonçalves Mota da Silva; José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa (Círculo Eleitoral de Castelo Branco), por Vítor Manuel Pinheiro Pereira; Alberto Bernardes Costa (Círculo Eleitoral de Leiria), por Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida; Augusto Ernesto Santos Silva (Círculo Eleitoral do Porto), por José Luís Pereira Carneiro; Maria Isabel da Silva Pires de Lima (Círculo Eleitoral do Porto), por Agostinho Moreira Gonçalves; Jorge Lacão Costa (Círculo Eleitoral de Santarém), por António Ribeiro Gameiro; Luís Filipe Marques Amado (Círculo Eleitoral de Viana do Castelo), por Maria de Fátima Oliveira Pimenta; Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira (Círculo Eleitoral de Vila Real), por Jorge Manuel Monteiro de Almeida.

d) Substituições nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea a), do Estatuto dos Deputados, com efeitos desde 14 de Março corrente, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) — António Fernandes da Silva Braga (Círculo Eleitoral de Braga), por Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves; Laurentino José Monteiro Castro Dias (Círculo Eleitoral de Braga), por Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos; Fernando Pereira Serrasqueiro (Círculo Eleitoral de Castelo Branco), por Maria Hortense Nunes Martins; Valter Victorino Lemos (Círculo Eleitoral de Castelo Branco), por Maria Cidália Bastos Faustino; Ana Paula Mendes Vitorino (Círculo Eleitoral de Lisboa), por Maria Irene Marques Veloso; Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa (Círculo Eleitoral de Lisboa), por Marcos Sá Rodrigues; José Manuel Santos de Magalhães (Círculo Eleitoral do Porto), por Glória Maria da Silva Araújo; Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (Círculo Eleitoral de Santarém), por Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão; Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita (Círculo Eleitoral de Setúbal), por Joaquim Ventura Leite; Ascenso Luís Seixas Simões (Círculo Eleitoral de Vila Real), por Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca.

e) Substituição nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea h), do Estatuto dos Deputados, com efeitos desde 16 de Março corrente, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) — Maria Júlia Gomes Henriques Caré (Círculo Eleitoral da Madeira), por Ricardo Jorge Teixeira de Freitas.

f) Transição de suspensão do mandato nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea a), para a situação de suspensão de mandato nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea g), ambos do Estatuto dos Deputados, com efeitos desde 12 de Março corrente, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) — Pedro Miguel Santana Lopes (Círculo Eleitoral de Lisboa).

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concernentes círculos eleitorais.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4 — Nestes termos, a Comissão entende proferir o seguinte parecer: a assunção de mandatos e as substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Sr. **Presidente**. — Srs. Deputados, está em discussão o relatório e parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes.

Pausa.

Dado que não há pedidos de palavra, vamos proceder à votação do parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Os Srs. Deputados que retomam funções ou que substituem outros que, porventura, delas ficaram agora suspensos tenham a bondade de ocupar o seu lugar no Hemiciclo.

Srs. Deputados, a ordem do dia prevê, antes de mais, a eleição do Presidente da Assembleia da República para a X Legislatura.

Foi apresentada uma única candidatura, que, como é do conhecimento geral, é a do Sr. Deputado Jaime Gama.

Para fazermos esta eleição, solicito que seja distribuído pelas bancadas o boletim de voto para que depois cada um o deposite na urna.

Enquanto se faz essa distribuição, peço a um dos auxiliares parlamentares que traga a urna à Mesa para que esta vote em primeiro lugar.

Pausa.

Srs. Deputados, uma vez que está concluída a distribuição dos boletins de voto, vamos então proceder à eleição do Presidente da Assembleia da República, pelo que chamarei os Srs. Deputados por ordem alfabética e não por grupo parlamentar.

Procedeu-se à votação.

Srs. Deputados, terminada a votação, peço aos Srs. Escrutinadores Duarte Pacheco e António Galamba o favor de procederem à contagem dos votos.

Verifica-se apenas uma falta, do Sr. Deputado Almeida Henriques, que, autorizado pelo seu grupo parlamentar, se encontra em missão do Parlamento numa reunião internacional.

Pausa.

Srs. Deputados, peço-lhes que ocupem os vossos lugares. Parecendo que não, o trabalho que está previsto para hoje ainda é muito e exige tempo, pelo que não convém perdê-lo.

Pausa.

Srs. Deputados, a acta do escrutínio é do seguinte teor: «Aos dezasseis dias do mês de Março de dois mil e cinco, procedeu-se à eleição do Presidente da Assembleia da República, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Votantes — 229

Candidato proposto: Jaime José Matos da Gama

Votos «sim» — 197

Votos brancos — 32

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declara-se eleito Presidente da Assembleia da República o candidato proposto.

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *António Galamba — Duarte Pacheco*.

Srs. Deputados, nos termos da acta que acabo de ler, proclamo eleito Presidente da Assembleia da República o Sr. Deputado Jaime José Matos da Gama.

Aplausos gerais, de pé.

Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Antes de passar o mando ao Presidente da Assembleia da República para a X Legislatura, que acabamos de eleger, seja-me permitido fazer ainda uma derradeira intervenção de despedida.

Ao ser eleito Presidente, em Abril de 1992, prometi discursos breves e optimistas. Cumprirei tal propósito até ao fim.

Abstenho-me de qualquer tentativa de balanço do mandato, porque isso já caiu no passado e na nossa era, vertiginosa, o que realmente interessa é o futuro.

Quero, porém, registar um comentário singelo, que estimo seja útil.

Se na IX Legislatura o Parlamento experimentou alguma melhoria, averbou algum sucesso,

granjeou algum prestígio, algum serviço prestou às portuguesas e aos portugueses e a Portugal, foi porque acolheu e valorizou o legado recebido das legislaturas anteriores, lançou com liberdade e criativamente novas iniciativas, apostou na colegialidade, praticou o pluralismo, não excluiu ninguém.

A pedra de toque na Casa-Mãe da democracia, que é o Parlamento, tem de ser a suma democraticidade.

A democracia — bem o sabemos todos — está sempre em construção: consolida-se, no Parlamento, em cada dia, mediante a livre expressão do pensamento e o mútuo respeito pelas opiniões de cada um, traduzido em atitudes simples, de urbanidade e tolerância.

Foi para mim uma honra imensa presidir à Assembleia da República.

Agradeço aos Membros do Parlamento que me elegeram para este cargo.

Agradeço ainda a todos os que, dentro e fora do Parlamento, contribuíram, de qualquer modo, também com as suas críticas, ao melhor desempenho de que fui capaz da magistratura presidencial.

Porque a lista seria longa e ainda assim podia incorrer em omissões, fico-me por esse agradecimento genérico, nem por isso menos sincero e cordial.

Foi minha intenção presidir bem e decidir acertadamente, mas temo nem sempre o ter conseguido. Se, porventura, durante o desempenho destas funções, ofendi alguém, peço perdão!

Saúdo agora o Presidente Jaime Gama, com entusiasmo, admirador que sou, desde há muito, do seu firme e sofrido compromisso com a instauração e o fortalecimento da liberdade e da democracia em Portugal.

Tendo sido um dos fundadores do Partido Socialista, Deputado Constituinte, parlamentar sempre, prestigiado Ministro desde bem jovem e de diversas pastas, e ascendendo agora à segunda mais alta magistratura do Estado, Jaime Gama, um verdadeiro estadista, tem já o seu nome inscrito entre os patriarcas do nosso moderno regime democrático.

Auguro-lhe, com amizade, uma presidência feliz. E estou certo — estamos todos certos! — que com a sua enorme experiência e sabedoria, o Presidente Jaime Gama vai dar força ao Parlamento, vai dar força à democracia, vai engrandecer Portugal.

Garantindo uma sólida e fecunda continuidade institucional, peço, por isso, sem mais delongas, ao Sr. Presidente Jaime Gama que venha ocupar na Mesa da Assembleia da República o lugar para que foi eleito com um mandato tão expressivo, que lhe confere uma enorme autoridade. Esse lugar, a partir de hoje, de pleno direito lhe pertence.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente eleito foi acompanhado à Mesa pelo Sr. Presidente cessante, o qual, após troca de cumprimentos, ocupou o seu lugar na bancada do PSD.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente** (Jaime Gama): — Sr.^{as} e Srs. Deputados: Saúdo os Deputados da X Legislatura e formulo votos para o bom êxito dos nossos mandatos ao serviço do País na pluralidade da representação nacional.

Agradeço antecipadamente, em nome dos meus colegas e no meu próprio, a confiança que em nós acaba de ser depositada para exercermos funções na Mesa e no Conselho de Administração.

Cumprimento de modo especial o Presidente cessante, Mota Amaral, meu conterrâneo, louvando a forma digna, independente e democrática com que, durante três anos, conduziu o Parlamento. Em breve, ao descerrarmos o seu retrato na galeria dos antigos Presidentes, teremos a oportunidade de homenagear a sua longa, perseverante e desinteressada, se bem que não encerrada, carreira política em prol dos seus ideais de sempre e do serviço à causa pública.

Inspirado nos ensinamentos dos que me antecederam neste lugar, procurarei exercer com sobriedade, eficiência e sentido de equilíbrio a missão em que acabo de ser investido.

Não posso dizer que a actividade parlamentar me seja estranha. Candidato, obviamente sem sucesso, em 1969, pela CEUD de Lisboa, eleito e reeleito desde há 30 anos como Deputado da democracia — sempre pelo PS, primeiro pelos Açores, em 1975, e, depois de 1983, por Lisboa —, tive a honra de presidir a várias comissões e ao meu próprio grupo de Deputados, bem como de integrar algumas delegações internacionais da Assembleia na galáxia da chamada diplomacia parlamentar contemporânea. A minha primeira comparação

neste Hemiciclo — e, assim, cumprimento a bancada da imprensa — data, aliás, do início dos anos 70, era eu um jovem jornalista de um periódico livre (tão obstinadamente livre quanto modestamente artesanal), o *República*, para assegurar a cobertura da ala liberal.

A X Legislatura emana de um acto eleitoral expressivamente concorrido. É, assim, uma Legislatura de reafirmação de confiança nas instituições representativas, não uma Legislatura de crise de identidade quanto à leitura política do abstencionismo, da indiferença ou do desânimo.

Suprindo deficiências do sistema eleitoral, que espero ver corrigidas antes do final da Legislatura, os portugueses endossaram uma solução política de maioria absoluta de um só partido — o que só aconteceu em 1987 e em 1991 e, mesmo assim, após uma experiência governativa habilitadora —, abandonando opções minoritárias, de aliança pré-eleitoral ou de anunciada coligação pós-eleitoral. Que grande mudança! Que enorme responsabilidade!

Responsabilidade para o Governo e para o partido que o apoia, na precisão de objectivos, na calendarização de reformas e medidas, na definição do método governativo adequado e no diálogo com a opinião pública; responsabilidade para a oposição, na estruturação da crítica, na definição de alvos diferenciadores e na construção de alternativas politicamente sufragáveis aos olhos do eleitorado.

A X Legislatura, tal como as eleições de 20 de Fevereiro, será — estou certo disso — saudavelmente polarizada, como quer a boa governação, isto é, a boa democracia, que igualmente reclama boa oposição.

O Parlamento, na nossa Constituição um dos dois órgãos de soberania eleitos directamente pelo povo, robustece a sua afirmação no espaço público sempre que é capaz de reencontrar o essencial das suas funções, as quais, obviamente, são algo mais do que um terreno frívolo para obtenção de informação privilegiada sobre a vida interna dos partidos ou para facilidades logísticas multiusos ao dispor da primeira promoção expedita.

Não sou adepto de grandes chavões e por isso não invocarei qualquer grandiosa reforma do Parlamento, porque sei onde sempre chegam — e não muito longe — os chamados pacotes grandiloquentes sobre reformas globais dos sistemas políticos, mas bater-me-ei por modificações consequentes que assegurem à Assembleia da República protagonismo crescente e responsável na nossa arquitectura constitucional.

Protagonismo, em primeiro lugar, no exercício da função legislativa.

Caberá aqui ao Governo e aos grupos parlamentares um papel motor. Espera-se, por isso, que todos tenham a noção de que, mais do que legislação avulsa, há que procurar estabelecer, em agregados coerentes, os grandes conjuntos legislativos susceptíveis de serem debatidos e votados nas áreas prioritárias onde se impõem as reformas modernizadoras de que o País carece para vencer os desafios mais exigentes. Aguarda-se que essas leis devam ir ao encontro das necessidades gerais do País e não de aspirações particulares deste ou daquele grupo de interesses, por mais legítimos que sejam mas insusceptíveis de exprimir o interesse de todos. E, sobretudo, deseja-se que essas leis devam ter substância jurídica e não obedecer a rituais declaratórios sem qualquer eficácia.

A definição das grandes prioridades legislativas e, até, da sua sequência temporal, durante cada sessão legislativa e ao longo da própria Legislatura, constituem um imperativo da modernidade inerente ao bom funcionamento das instituições.

Em segundo lugar, protagonismo parlamentar quanto à fiscalização do Executivo.

Havendo um Governo com maioria absoluta, e, portanto, sem entraves à aplicação do seu Programa, compreende-se que o Parlamento seja chamado a um papel simultaneamente de viabilização racional dessas políticas — para isso há uma maioria parlamentar —, mas com respeito e observância do papel das minorias, assim chamadas, em democracia, não só ao direito mas até ao dever e ao prazer de oposição. Os debates mensais com o Primeiro-Ministro, a presença assídua do Executivo em Plenário e nas comissões, as interpelações, as perguntas ao Governo e os debates sobre assuntos de relevante interesse nacional, a ratificação de decretos-leis, os requerimentos, as audições e as comissões de inquérito — que urge credibilizar — ganham, assim, especial relevo, não tanto como factores de criação de eventos políticos com algum impacto e sem grande consequência mas como instrumento continuado de controlo — freio e contrapeso — do Governo.

É doutrina com a qual todos temos que ser coerentes, estejamos onde estejamos, ontem, hoje, ou amanhã, no Governo ou na oposição, na oposição ou no Governo, pois só essa atitude faz radicar as nossas convicções no cerne de uma cultura democrática assente na liberdade do espírito.

Protagonismo da Assembleia da República, em terceiro lugar, no que toca ao debate políti-

co, à discussão de pontos de vista, à aferição do confronto democrático entre ideias alternativas, à iniciativa de referendos. A Assembleia deve, por isso, ter sempre presente que, enquanto único órgão de soberania completamente transparente no que respeita à visualização do seu processo de decisão, só beneficia com a qualidade do debate, sendo certo que a qualidade do debate será sempre avaliada pela qualidade das ideias em debate. É no Parlamento que deve residir o centro por excelência de afirmação do valor próprio dos projectos e das propostas de cada corrente política, caso contrário não racionalizaremos nunca a competição política no quadro das instituições representativas e desvitalizaremos a democracia, sem honra nem glória.

Estou certo de que, a par da experiência acumulada dos reeleitos, a entrada de novas e novos Deputados no Hemiciclo contribuirá para trazer à vida política nacional um acréscimo de qualidade de que todos beneficiaremos, nomeadamente quanto a fazer coincidir a agenda parlamentar em sentido amplo com a agenda dos verdadeiros problemas nacionais e das alternativas em aberto para a sua solução.

O reforço do papel do Parlamento português não dispensa, naturalmente, o reforço das condições de exercício da sua actividade, tendo em conta as exigências de uma sociedade, de uma economia e de uma inserção externa como as actuais. Por isso, há dois domínios particulares em que se impõe o reforço da assessoria técnica às competentes comissões parlamentares. Um, é o da área europeia, em que cada vez mais os Parlamentos nacionais são chamados a exercer, individualmente, ou até em grupo, funções de alerta precoce quanto a medidas legislativas provenientes dos órgãos da União Europeia. Outro, é o vector orçamental e de controlo das contas públicas, em que a rapidez da transmissão de dados e a capacidade da sua aferição se tornam pedra de toque de um eficaz controlo parlamentar em ponto fulcral da acção governativa.

São duas prioridades da eficiência parlamentar que não descurarei, pois delas depende, igualmente, a eficiência institucional do nosso país para adquirir ganhos de produtividade na concorrência institucional europeia.

A continuação da expansão das novas tecnologias de informação e comunicação será um precioso suporte para a modernização da actividade parlamentar a todos os níveis, e sei que para isto mesmo podemos contar com o profissionalismo dos serviços da Assembleia da República, abertos à inovação, conscientes do papel continuado da formação e com qualificados funcionários cumpridores dos seus deveres. Daqui os saúdo, consciente de que contaremos com o seu inextinguível labor ao longo da Legislatura que agora se inicia.

O respeito pela separação de poderes não nos leva a considerar o Parlamento um ente à parte na economia da Constituição. Reafirmamos, por isso, o desejo de uma sadia cooperação institucional com os demais órgãos de soberania — o Presidente da República, o Governo e os Tribunais —, bem como com outras altas instâncias do Estado democrático, as regiões autónomas e as autarquias locais. Em relação a todos nos move um propósito de diálogo permanente ao serviço dos necessários equilíbrios e consensos por que se pautam a vida democrática e a política civilizada em que acreditamos e que gostamos de praticar.

Razões de calendário e de pressão de calendário levam-nos a fazer arrancar a X Legislatura com a única solenidade do trabalho normal, conscientes também da necessidade de adequar o nosso estilo de funcionamento a requisitos sóbrios de eficácia, consentâneos com o período que atravessamos na comunidade nacional e com as dificuldades e carências sentidas no quotidiano por tantas e tantos portugueses. Não deixaremos, porém, de celebrar, no próximo 25 de Abril, e de modo condigno, o 30.º aniversário da Assembleia Constituinte, convidando os que nela participaram a reunir-se connosco nesse dia para recordar etapas inesquecíveis na edificação do nosso sistema democrático.

Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: Estou certo de que, nesta Câmara, pessoalmente, todos nos respeitamos — respeitamos as nossas perspectivas políticas diferenciadas, saberemos assumi-las com vigor, mas igualmente saberemos pactar um consenso quando for caso disso e o interesse nacional o aconselhar e também saberemos sempre reconhecer — e recordar — o mérito de um adversário, distinguir entre o efémero da refrega e o essencial do compromisso político, em suma, conviver com civilidade e argumentar com vida.

Estou certo de que vamos todos trabalhar bem e a bem de Portugal.

Bons êxitos para a X Legislatura!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, foram já dadas indicações para que sejam preparadas as urnas com vista a procedermos de imediato à eleição dos Srs. Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa, bem como dos membros do Conselho de Administração da Assembleia da República. Para tal, vão ser distribuídos os respectivos boletins.

Enquanto se procede a essa distribuição e também, subsequentemente, à respectiva votação, vou dar a palavra aos Deputados que se inscreveram para intervir.

Em primeiro lugar, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar de Os Verdes queria deixar umas breves palavras, em primeiro lugar para referir que foi um prazer trabalhar com o Dr. Mota Amaral.

O Dr. Mota Amaral emprestou grande dignidade a este Parlamento. Sem dúvida que o seu trabalho contribuiu para prestigiar a Assembleia da República, os Deputados e o nosso trabalho nas mais diversas dimensões, tendo conduzido com grande isenção, como já aqui foi referido por diversas vezes, os trabalhos parlamentares. Nas convergências e divergências que por vezes tivemos, foi, de facto, um prazer trabalhar com o Dr. Mota Amaral.

Ao novo Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, desejo, em nome de Os Verdes, as maiores felicidades. É, com certeza, uma referência no Parlamento e uma pessoa com grande experiência parlamentar.

Quanto ao nosso trabalho futuro, aquilo que o meu grupo parlamentar deseja é que ele se direcione no sentido de resolver os problemas do país e as necessidades das populações, que demonstraram essa expectativa nas últimas eleições legislativas. É certamente esse contributo que o Grupo Parlamentar de Os Verdes irá dar no decurso desta Legislatura.

Finalmente, queria também, em nome do meu grupo parlamentar, desejar os maiores êxitos a todos.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaríamos, em primeiro lugar, de saudar todas as eleitas e todos os eleitos deste Parlamento e desejar os maiores êxitos de trabalho parlamentar na Legislatura que ora se inicia.

Queremos também acrescentar uma palavra de apreço para com o Sr. Deputado Mota Amaral, que conduziu de forma extremamente positiva as suas funções de Presidente da Assembleia da República. Tivemos as nossas diferenças acerca de alguns protestos registados neste Hemiciclo — essa discussão também progrediu no domínio do simbólico, da formalização ou desformalização dos parlamentos modernos —, mas, para além dessas diferenças, registamos o trato leal, cooperativo, diligente que sempre teve para com as nossas iniciativas e, além do mais, a solidariedade pronta sempre que os Deputados do Bloco de Esquerda dela precisaram. Muito obrigado.

Sr. Presidente Jaime Gama, queríamos também saudar a sua eleição como Presidente da Assembleia da República e desejar-lhe as maiores felicidades no desempenho do cargo.

Da nossa parte, contará com uma cooperação aberta e efectiva, fazendo votos de que tenha pleno êxito na sua responsabilidade, porque ela é acrescida — e sabemos que a ela não se furtará —, numa Assembleia da República que tem a maioria de um só partido, para que o funcionamento democrático e aberto de todo o Parlamento seja uma realidade e para que o Parlamento não se sinta diminuído por haver uma espécie de osmose entre o partido maioritário e um Governo de maioria absoluta. Temos, pois, as maiores expectativas em relação à presidência que vai exercer.

Queria, finalmente, saudar as direcções dos vários grupos parlamentares e desejar-lhes as maiores felicidades.

Aplausos do BE, do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Uma primeira palavra ao Dr. Mota Amaral pelo trabalho que aqui fez, que muito nos honrou, e pelo

prestígio que deu à Assembleia da República.

V. Ex.^a, Dr. Mota Amaral, empenhou-se muito na dignificação do Parlamento, tendo criado hábitos de rigor e de pontualidade e tendo feito muito do que hoje podemos esperar para esta Legislatura.

Queria deixar também uma nota para V. Ex.^a, Sr. Presidente Jaime Gama, agora que é investido nestas altas funções. V. Ex.^a é alguém de quem podemos esperar muito, dada a experiência que tem de funções governativas e de parlamentar, pelos altos cargos que desempenhou, pela forma como os desempenhou e também pelas características de tolerância e de moderação a que nos habituou.

Esperamos, por isso, que seja capaz de dirigir os trabalhos com profundo respeito por aqueles que também são os direitos da oposição. E mais, Sr. Presidente: que saiba ver numa ou noutra crítica que porventura aqui façamos uma saudável nota de benefício para a Assembleia da República, tolerância que certamente a Mesa também assinalará.

Relativamente ao discurso que acabou de proferir, Sr. Presidente, e no que toca às críticas lançadas ao sistema político que temos, parece-nos que se essas críticas fossem assim tão justas desde logo não teriam permitido a maioria absoluta que o Partido Socialista acabou por obter.

E nesta primeira razão de crítica, manifesto também a V. Ex.^a a colaboração que aqui iremos prestar. Juntos, em benefício de um Parlamento que é de todos e de quem Portugal espera muito, ajudaremos a tornar melhor o sistema político que temos e que, julgamos, ainda deverá ficar por muitos anos.

Aplausos do CDS-PP, do PS e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero saudar o Sr. Deputado Mota Amaral, ex-Presidente da Assembleia da República, pelo desempenho do importante cargo que agora abandona.

Pela dignidade com que exerceu o cargo, prestigiou a função importante de Presidente da Assembleia da República, sendo justo reconhecer que na convergência e na divergência — que também houve — o Presidente Mota Amaral manifestou sempre dignidade e lealdade no trato, o que foi muito importante. Neste momento, é, pois, merecido este sentido de homenagem.

Sr. Presidente Jaime Gama, quero saudar a sua eleição no início desta X Legislatura, na qual, certamente, nos serão colocados muitos desafios com vista a garantir o prestígio do Parlamento e o exercício dos direitos parlamentares e das competências da Assembleia da República.

Respondendo a uma parte da sua intervenção, dir-lhe-ei que, no que nos diz respeito, contará com uma bancada parlamentar a fazer oposição, e boa oposição. Penso ser muito importante que nesta X Legislatura possamos ter os meios necessários, do ponto de vista técnico e de apoio, para o exercício das nossas funções, mas, sobretudo, e mais importante, que reponhamos todos os direitos de oposição e de intervenção parlamentar essenciais para a iniciativa política e para a fiscalização da actividade governativa, elementos essenciais do papel da Assembleia da República e sem os quais a vida democrática ficará empobrecida. É com essa ideia que tentaremos intervir e contribuir nos próximos tempos.

Aplausos do PCP, do PS, do PSD, do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Srs. Deputados: As minhas primeiras palavras são para cumprimentar todos os Deputados eleitos para esta Legislatura da Assembleia da República e para, em particular, saudar a bancada do Partido Socialista pela sua vitória eleitoral, bem como o Governo, na pessoa do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Queria também dirigir uma palavra de especial reconhecimento ao Dr. Mota Amaral pela forma elevada e pela particular dignidade com que dirigiu os trabalhos da Assembleia da República enquanto exerceu o mandato de Presidente do Parlamento.

Quero dizer-lhe, Dr. Mota Amaral, que o Grupo Parlamentar do PSD, no qual tem assento,

se orgulha da forma elevada e isenta com que sempre exerceu, em todas as ocasiões, o seu superior cargo de Presidente da Assembleia da República.

Aplausos gerais.

Disse, quando assumiu essas funções, que o seu currículo nos dava a garantia e a certeza de que assim seria, e não me enganei.

Quer pelo tempo em que aqui assumiu funções, na ala liberal de Sá Carneiro, quer depois, como Deputado Constituinte, quer ainda perante o particular desempenho que V. Ex.^a teve, durante anos, à frente do Governo Regional dos Açores, onde instalou uma era nova e uma afirmação de desenvolvimento, que agora é apenas continuada mas cujo grande impulso se deve a si, tinha a certeza de que V. Ex.^a iria deixar, como deixou, uma marca profunda nesta Assembleia.

E não foi apenas na direcção dos trabalhos que V. Ex.^a fez um trabalho notável, foi também na melhoria de condições do exercício da acção parlamentar, na melhoria de condições de trabalho dos funcionários desta Casa e numa vertente que não pode ser esquecida, mas que por vezes foi mal interpretada, que é a da afirmação externa do Parlamento, da chamada diplomacia parlamentar, em que V. Ex.^a não concorreu com ninguém mas desenvolveu uma acção complementar da vertente externa do Estado português que não pode ser esquecida nem subalternizada.

Bem haja pelo trabalho que fez por Portugal e pela forma como o fez, honrando a bancada do PSD.

Sr. Presidente Jaime Gama, dirijo-me agora a V. Ex.^a.

O seu currículo, já aqui salientado por oradores que me antecederam, designadamente pelo Sr. Presidente cessante, também nos dá a garantia de que a segunda figura do Estado está bem entregue à pessoa de V. Ex.^a.

V. Ex.^a ocupou, quer no âmbito da Assembleia da República, quer no âmbito dos governos que serviu, das mais relevantes e das mais importantes pastas da nossa vida colectiva, e fê-lo sempre com um sentido superior de Estado. Sei que manterá essa postura no exercício das funções de Presidente da Assembleia da República, podendo contar com a lealdade desta bancada, naturalmente com o confronto próprio que enriquece a vida democrática e parlamentar. E também posso secundar o Sr. Deputado Bernardino Soares, dizendo que, da parte desta bancada, vai ter muita oposição, mas uma boa oposição. Não tenha dúvida disso, porque essa é a tradição desta bancada, que sente estar a realizar o mesmo interesse nacional quando está no Governo ou quando está na oposição — é assim que entendemos a democracia.

Em nome do meu grupo parlamentar, desejo a V. Ex.^a, Sr. Presidente, as maiores felicidades.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Srs. Deputados da X Legislatura: Em primeiro lugar, em nome da bancada do Partido Socialista, quero cumprimentá-los e saudá-los a todos.

Reitero o que já aqui foi dito sobre o Presidente cessante da Assembleia da República, Dr. Mota Amaral, que conduziu os trabalhos da nossa Câmara com isenção, transparência e democraticidade. Isso honra-nos a todos, parlamentares, honra-o a ele e estamos-lhe todos, seguramente, gratos por isso.

Saúdo também o Presidente eleito da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama. Permitam-me uma pequena nota: como socialistas, sentimo-nos muito honrados, sentimo-nos muito orgulhosos com a sua eleição e, além do mais, sabemos que, sendo um socialista eleito para a Assembleia da República, será um Deputado isento e independente no exercício das funções de Presidente.

O passado e a biografia de V. Ex.^a, Sr. Presidente, falam por si e garantem-nos essa dimensão.

O Deputado Jaime Gama, *primus inter pares*, como Presidente da Assembleia da República, tem o direito a ser associado como protagonista directo da fundação do novo regime democrático em Portugal.

O seu perfil de resistente à ditadura e de alguém que ajudou a fundar e a cimentar a democracia são dados inultrapassáveis de um empenho que afirmou, a que todos nos referenciamos e no qual todos nos revemos, e de uma vontade firme de dignificação do Parlamento. A sua biografia como político, como estadista e como parlamentar dão-nos essa segura garantia.

Sr. Presidente, o seu discurso foi marcante, deixando, em muitos dos seus traços, um empenho muito firme na dignificação e no prestígio da Assembleia da República.

Todos temos consciência de que há uma nova idade para as democracias e há, seguramente, um novo papel que o Parlamento tem de desempenhar no quadro europeu e nacional. E o nosso Parlamento tem essa igual responsabilidade.

V. Ex.^a elencou funções que hoje têm uma dimensão nova, no que respeita ao exercício da acção legislativa, a que se deve proceder em termos de uma busca de qualidade, ao exercício da acção política, que deve encontrar no Parlamento o centro do debate político nacional, e ao exercício da acção fiscalizadora, que a todos nos cabe, inclusive aos integrantes da maioria parlamentar que suporta o Governo. Esse apoio ao Governo, que é inerente à função que nos cabe como maioria parlamentar, será um apoio solidário mas sempre com o exercício crítico que a função constitucional nos exige e que cumprimos com gosto.

Sr. Presidente, falou ainda V. Ex.^a num empenho e numa distância quanto às reformas ditas globais que tudo englobam sem englobar nada. Estamos de acordo! Temos todos a consciência de que há necessidade de uma modernização global do sistema político mas que essa modernização se processará em dimensões distintas, complementares e, seguramente, conflituais.

O Parlamento é, sobretudo — todos o sabemos —, o lugar do exercício do contraditório, do pluralismo, do dissenso, do consenso e, em tudo, do exercício maior da democracia.

O seu empenho numa proposta reformista de dignificação do Parlamento é uma garantia que queremos testemunhar, que queremos acompanhar e que será também, estou certo, uma vontade de todos os parlamentares da X Legislatura.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — Sr. Presidente Jaime Gama, Sr. Deputado Mota Amaral, Presidente cessante, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostaria de deixar apenas três palavras, a primeira delas de saudação a todos os grupos parlamentares e a cada uma e a cada um das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados eleitos para a X Legislatura.

Quero colocar o Governo, e a mim próprio, à disposição plena de todas e de todos as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, com a seguinte garantia, a que dou uma nota pessoal: o entendimento que tenho dos direitos e dos deveres dos Deputados como membro do Governo é exactamente igual ao entendimento que tinha como membro de um partido da oposição na Legislatura anterior.

Quero, portanto, saudar todas e todos as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, os diferentes grupos parlamentares, assim como as respectivas lideranças, e, em meu nome, colocar o Governo à disposição da Assembleia da República.

A segunda palavra é de homenagem ao Presidente cessante, Dr. Mota Amaral, e ela é muito simples. Entendo que o Dr. Mota Amaral, com o exercício da presidência da Assembleia da República na anterior Legislatura, acrescentou mais um argumento ao conjunto de argumentos que fazem dele, hoje, um dos construtores da democracia portuguesa. Foi-o já como membro da ala liberal da antiga Assembleia Nacional, combatendo por liberdades, garantias e direitos que então eram recusados ao povo português; foi-o, depois, à frente, designadamente, do governo regional da Região Autónoma dos Açores, entre 1976 e 1995, aprofundando a experiência autonómica, que é um dos alicerces da democracia portuguesa; e agora, com o exercício da presidência da Assembleia da República na anterior Legislatura, acrescentou mais um argumento àqueles que já existem para fazer de V. Ex.^a uma personalidade cimeira do Estado português.

Muito obrigado pelo exercício passado, e digo-o também como Deputado da anterior Legislatura. A homenagem do Governo, por meu intermédio, aqui fica registada.

A terceira palavra é, naturalmente, de saudação e de felicitações ao Presidente eleito, o Sr. Deputado Jaime Gama. O currículo e a experiência política do Presidente Jaime Gama são conhecidos.

O Dr. Jaime Gama é um resistente à ditadura, é um lutador, desde muito jovem, pela democracia, e pagou por isso nos tempos da ditadura. É um defensor, de todas as horas, de direitos e liberdades essenciais para uma democracia, designadamente a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, foi Deputado constituinte — é um dos construtores da Constituição democrática portuguesa —, tem sido eleito ininterruptamente para Deputado ao longo das várias legislaturas que têm feito a nossa democracia constitucional e ocupou várias funções de elevada responsabilidade, quer no Parlamento quer no Governo do País. E é hoje impossível pensar na política externa portuguesa, na imagem de Portugal na Europa e no mundo, na defesa da integração europeia e no papel decisivo também de Portugal no processo de construção europeia, na presidência portuguesa da União Europeia, na Estratégia de Lisboa e na defesa da causa de Timor sem pensar ou referir o nome do Dr. Jaime Gama.

O programa que aqui estabeleceu com o seu discurso inaugural caracteriza bem o tom positivo e construtivo daquilo que pretende fazer à frente da Assembleia da República.

Portanto, nada melhor do que invocar estas duas personalidades, o Sr. Deputado Mota Amaral e o Sr. Presidente Jaime Gama, para tornar claro os termos em que o Governo pensa a sua relação com a Assembleia da República.

O Governo depende da Assembleia da República e respeita, naturalmente, como é sua obrigação, a centralidade do Parlamento no sistema político português e as suas competências. Para nós, a oposição cumpre o interesse público e serve o País da mesma forma que o Governo cumpre o interesse público e serve o País, e haverá, naturalmente, um respeito escrupuloso por todos os direitos dos Srs. Deputados e pelo Regimento da Assembleia da República.

Não me esqueço, eu próprio, de que sou Deputado eleito para esta X Legislatura e que, portanto, também trabalharei com aqueles que são meus colegas.

São estas as três palavras que gostaria de deixar, de cumprimento à Câmara, a todos os grupos parlamentares e a cada uma e cada um das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados, de homenagem sentida ao Presidente cessante e de maior desejo de felicitações e êxitos ao Presidente eleito.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o nosso ex-Presidente, o Sr. Deputado Mota Amaral.

O Sr. **Mota Amaral** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Da parte de todos os oradores de todas as bancadas e, antes de mais, da parte de V. Ex.^a, Sr. Presidente, e do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, ouvi esta tarde, aqui, palavras muito gentis a meu respeito. E, porque se me demorasse sobre elas iria, certamente, comover-me, limito-me a dizer a todos, de coração aberto, muito obrigado.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, também quero agradecer as palavras de todas as bancadas e do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, bem como a votação expressiva dos meus colegas para o desempenho desta função, que, naturalmente, enquanto tal, não é a titularidade de um órgão de soberania unipessoal, é apenas e exclusivamente a representação, em vosso nome, do segundo órgão de soberania do sistema constitucional português. Estou certo de que vamos todos trabalhar bem e a bem do nosso país.

Srs. Deputados, temos agora de tratar de algumas matérias práticas.

O escrutínio para a eleição dos vice-presidentes, secretários e vice-secretários da Mesa e dos membros do Conselho de Administração vai prosseguir. Peço aos Srs. Deputados Rosa Maria Albernaz e Fernando Santos Pereira que, nesta eleição, coadjuvem os escrutinadores da eleição para Presidente.

Ainda em relação a estas eleições, informo a Câmara que, por razões de deficiência técnica, teve de se proceder a uma alteração do boletim, o boletim azul foi substituído por um amarelo.

Portanto, Srs. Deputados, teremos de interromper os nossos trabalhos, para que se proceda às eleições e contagem dos votos, que recomeçarão às 18 horas e 15 minutos para anunciar os resultados.

Entretanto, aproveito para convocar uma Conferência de Líderes, a realizar após o encerramento da sessão.

Srs. Deputados, está interrompida a sessão.

Eram 17 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados, declaro reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 50 minutos.

Vamos retomar os nossos trabalhos com a proclamação dos resultados das eleições dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa e também dos membros do Conselho de Administração da Assembleia da República para a X Legislatura.

O Sr. Secretário vai proceder à leitura das respectivas actas.

O Sr. **Secretário** (António Galamba): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, são as seguintes:

Aos dezasseis dias do mês de Março de dois mil e cinco, procedeu-se à eleição dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa da Assembleia da República para a X Legislatura, tendo sido apurados os seguintes resultados:

Votantes — 227 Deputados.

Vice-Presidentes:

Manuel Alegre de Melo Duarte

Votos 'sim' — 190

Votos brancos — 37

Votos nulos — 0;

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

Votos 'sim' — 164

Votos brancos — 51

Votos nulos — 2;

António Filipe Gaião Rodrigues

Votos 'sim' — 189

Votos brancos — 38

Votos nulos — 0;

Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Votos 'sim' — 153

Votos brancos — 72

Votos nulos — 2.

Secretários:

Maria Jesuína Carrilho Bernardo

Votos 'sim' — 196

Votos brancos — 31

Votos nulos — 0;

Fernando Santos Pereira

Votos 'sim' — 214

Votos brancos — 13

Votos nulos — 0;

Artur Jorge da Silva Machado

Votos 'sim' — 180

Votos brancos — 47

Votos nulos — 0;

Júlio Manuel da Silva Magalhães e Vasconcelos

Votos 'sim' — 167

Votos brancos — 59

Votos nulos — 1.

Vice-Secretários:

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Votos 'sim' — 202

Votos brancos — 25

Votos nulos — 0;
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Votos 'sim' — 181
Votos brancos — 46
Votos nulos — 0;
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Votos 'sim' — 196
Votos brancos — 31
Votos nulos — 0;
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Votos 'sim' — 204
Votos brancos — 23
Votos nulos — 0.

Nos termos regimentais, foram eleitos: Vice-Presidentes, os Srs. Deputados Manuel Alegre, Guilherme Silva, António Filipe e Telmo Correia; Secretários, os Srs. Deputados Maria Carrilho, Fernando Santos Pereira, Jorge Machado e Júlio Vasconcelos; e Vice-Secretários, os Srs. Deputados Rosa Maria Albernaz, Maria Ofélia Moleiro, Miguel Coelho e Celeste Correia.

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *António Galamba — Duarte Pacheco — Rosa Maria Albernaz — Fernando Santos Pereira.*

Aplausos gerais.

Aos dezasseis dias do mês de Março de dois mil e cinco, procedeu-se à eleição dos membros do Conselho de Administração da Assembleia da República, tendo sido apresentada uma única lista (Lista A).

Efectivos: José Manuel Lello Ribeiro de Almeida (PS), Jorge Fernando Magalhães da Costa (PSD), Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes (PCP), João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo (CDS-PP), Helena Maria Moura Pinto (BE) e Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes (Os Verdes);

Suplentes: Teresa Maria Neto Venda (PS), Melchior Ribeiro Pereira Moreira (PSD), José Batista Mestre Soeiro (PCP), Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro (CDS-PP), Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo (BE) e Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia (Os Verdes).

O resultado foi o seguinte:

Votantes — 227
Votos 'sim' — 213
Votos brancos — 11
Votos nulos — 3.

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para o Conselho de Administração da Assembleia da República os candidatos propostos.

Para se constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *António Galamba — Duarte Pacheco — Rosa Maria Albernaz — Fernando Santos Pereira.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, proclamados os resultados, felicito todos os eleitos e desejo-lhes felicidades no desempenho dos novos mandatos. Agradeço também o trabalho e a cooperação dos Srs. Deputados secretários que nestas primeiras reuniões da Assembleia coadjuvaram a Mesa.

Convido os Srs. Deputados eleitos como Secretários da Mesa a ocuparem os seus lugares.

Neste momento, os Srs. Secretários Maria Carrilho, Fernando Santos Pereira, Jorge Machado e Júlio Vasconcelos ocuparam os seus lugares na Mesa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a nossa reunião está a chegar ao fim. Antes, porém, lembro que vamos realizar, dentro de momentos, uma Conferência de Líderes para «afinar» o debate sobre o Programa do XVII Governo Constitucional, que, em princípio — e anuncio-o apenas para comodidade das vossas agendas —, decorrerá no próximo dia 21, com sessões de manhã e à tarde, e no dia 22, de manhã. Mas o ajustamento será feito agora, em Conferência

de Líderes.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 55 minutos.

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

António Joaquim Almeida Henriques

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL